

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.12.2006

Ponto 4. **EDUCAÇÃO**

. CARTA EDUCATIVA

- Homologação

Ponto 5. **DESPORTO**

. APOIOS AO INVESTIMENTO

- 2007 - (2)

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Centro Social de Alfarelos - IPSS

- Isenção de Taxas

Ponto 7. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

. Construção de Passeios

. Construção de Passeio no Piquete junto ao Cruzamento da EN 348 com o CM 1106

- Ajuste Directo

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007*

Ponto 8. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . Bairro Pré-Fabricado
- . Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 7.ª Fase
  - Ajuste Directo

Ponto 9. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . Mercado Municipal
- . Concessão de Lojas e Bancas
  - Abertura de Hasta Pública

Ponto 10. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . Mercado Municipal
- . Provedor de Justiça - Reclamação
  - Arquivamento de Processo

Ponto 11. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
- . Pontão de Ligação entre Alencarce de Baixo e Alencarce de Cima
  - Consulta Prévia

Ponto 12. **RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS**

- . Agrupamento de Escolas de Soure
  - Protocolo

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

**Ponto 13. RECURSOS HUMANOS**

- . Subsídio de Férias // 2007

**Ponto 14. RECURSOS HUMANOS**

- . Concursos Externos de Ingresso para Provimento de Lugares de Técnicos Superiores Estagiários Generalistas

14.1. Requisito Especial de Admissão - Licenciatura em Economia

- Publicado no DR, III Série, de 22.06.2006

14.1.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

14.1.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

14.2. Requisito Especial de Admissão - Licenciatura em Psicologia, Professores do Ensino Básico e Educação de Infância

- Publicado no DR, III Série, de 03.10.2005

14.2.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

14.2.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

**Ponto 15. RECURSOS HUMANOS**

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Um Lugar de Técnico Superior Estagiário

- . Área de Serviço Social

- Publicado no DR, III Série, de 03.10.2005

15.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

15.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

**Ponto 16. RECURSOS HUMANOS**

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Um Técnico Estagiário-Generalista
- . Requisito Especial de Admissão - Bacharelato em Engenharia de Operações Florestais  
- Publicado no DR, III Série, de 22.06.2006

16.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

16.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

**Ponto 17. RECURSOS HUMANOS**

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Dois Lugares de Auxiliar Administrativo  
- Publicado no DR, III Série, de 10.10.2005

17.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

17.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

**Ponto 18. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO**

- . QCA III - P.O. Centro  
- Encerramento de Candidaturas

Ponto 19. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

O Senhor Presidente deu início à reunião, começando por prestar as seguintes informações:

**\* DESPORTO**

- No dia 27 de Maio, estivemos no 53.º Aniversário do Clube de Desportos e Educação Física do Norte e Soure.
  
- No dia 10 de Junho, acompanhámos a realização da II Taça Nacional de Kartcross, na pista da Associação Regional do Centro de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços.

**\* ACÇÃO SOCIAL**

- No dia 1 de Junho, estivemos na Festa do Idoso, promovida pelo Centro Social de Alfarelos.

**\* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- No dia 6 de Junho, realizou-se a Assembleia Geral da CENTROLOGIS, que, como sabem, é o Agrupamento Complementar de Empresas da Plataforma Empresarial e Logística em que nos encontramos... Vamos ver até onde nos vai levar esta aposta, sendo que foi feito um ponto da situação, com uma ligeira reprogramação.
  
- Ainda no mesmo dia, a convite da Região de Turismo do Centro, conjuntamente com uma dezena de Municípios, estivemos numa reunião onde nos foi apresentado um projecto, que ainda não está desenvolvido, e que tem a ver com o alargamento e desenvolvimento de uma oferta articulada em termos de Termalismo de Saúde, para toda a Região Centro... Trata-se de um alargamento do trabalho que já havia sido feito para Soure, Montemor-o-Velho, Coimbra e Figueira da Foz. A intenção é a Região de Turismo do Centro apresentar uma candidatura ao próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional, tendo em vista a criação, para toda a Região Centro, de uma oferta diferenciada, diversificada, mas integrada.

**\* REDE VIÁRIA**

- No dia 3 de Junho, ocorreu a abertura ao tráfego do Lanço Marinha Grande/Louriçal, da A17, que consagra uma vantagem, melhoria evidente, no que diz respeito às acessibilidades ao Concelho. Concretamente, bastará repararmos que

### ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

esse Nó fica a bem menos de uma dezena de quilómetros, dos lugares do sul da Freguesia de Vinha da Rainha e da Zona Industrial de Queitide...

Naturalmente, que esta melhoria não significa que não prossigamos, conjuntamente com os Municípios de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, a estratégia de continuarmos a insistir com o Governo de Portugal sobre a criação de um Nó adicional de Acesso à A17, no Troço Louriçal/Mira, cuja obra está em curso.

Já foi aprovada a Candidatura apresentada pela Associação Coimbra Região Digital ao Programa Operacional da Cidade e Conhecimento, homologada por Despacho do Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia... no dia 25 de Maio, ocorreu a apresentação desse Projecto.

Solicitámos, Soure, Montemor-o-Velho e Cantanhede, reuniões - primeiro individuais, depois em conjunto - com Dirigentes e Técnicos da Associação Coimbra Região Digital porque se nos afigura que pode haver alguma duplicação de custos com outros objectivos que, paralela e cumulativamente, estão a decorrer, por exemplo, no âmbito da própria PEL e, portanto, há um conjunto de aspectos a aclarar e que deverão sê-lo ainda antes de trazermos à discussão a proposta de Regulamento, Estatutos...

Em 14 de Setembro de 2005, aprovámos um Protocolo com a Associação Coimbra Região Digital, mas é um Protocolo de intenções e agora, a materialização em concreto, a tudo isto que está a ser apresentado, irá resultar de um conjunto de reuniões que alguns dos Municípios envolvidos solicitaram.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no dia 1 de Junho, realizou-se, na Freguesia da Vinha da Rainha, uma reunião-convívio no âmbito da Confraria do Queijo do Rabaçal, promovida pelo Mestre Chanceler Dr. Fernando Antunes, actualmente Deputado da Assembleia da República. A reunião tinha como objectivo uma aproximação e a participação dos Confrades no Concelho de Soure, sendo os objectivos traçados por esta Instituição.

No dia 3 de Junho recebemos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Soure, uma comitiva do Lugar dos Lousões, no âmbito de uma iniciativa promovida pela Associação Cultural e Recreativa dos Lousões.

Nos dias 3 e 10 de Junho, os Rios Arunca e Anços, em Soure, mais precisamente na zona dos Baceles e na Várzea das Mós, foram palco do Campeonato Regional de Pesca Desportiva, em vários escalões.”

### ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “na área da Educação, estivemos no Instituto Pedro Hispano, na Festa de Encerramento do Ano Lectivo. De 11 a 15 de Junho, está a decorrer, mais uma vez, a presença da Casa do Ambiente em frente ao Edifício dos Paços do Concelho. Desta vez, quem está a frequentar este equipamento, que pertence à ERSUC e que pretende sensibilizar o público escolar, sobretudo para a recolha selectiva, são os alunos do 2.º Ciclo do Concelho, quer pertençam ao Agrupamento de Escolas de Soure, quer ao Instituto Pedro Hispano.

Na área da Cultura, referir que começou o Ciclo dos Festivais de Folclore que vai de Maio a Setembro. O primeiro foi organizado pelo Grupo Folclórico e Etnográfico de Alfarelos, decorreu no dia 26 de Maio; seguiu-se o Festival organizado pelo Grupo Etnográfico de Samuel, no dia 2 de Junho e no dia 9 de Junho, o do Rancho Folclórico do Centro Social do Sobral.

No dia 3 de Junho, assistimos à estreia de uma peça de Teatro - “O Rapaz de Bronze”, de Sophia de Mello Breyner, levada a cabo pelo Grupo de Teatro Trai-la-ró, da Freguesia de Figueiró do Campo.

Também no dia 10 de Junho, participámos no 24.º Aniversário do Rancho Folclórico do Cercal e no 27.º Aniversário do Centro Social de Alencarce de Cima e Cascão.

Na área da Acção Social, estive presente no Seminário “Baixo Mondego em Rede, Consertar um Futuro Sustentável”, que decorreu no dia 25 de Maio, em Cantanhede. Este Seminário resultou de uma reunião ocorrida em 18 de Abril, a convite da Rede Social de Cantanhede, que propôs a realização desta iniciativa e o envolvimento das oito Redes Sociais que integram a Plataforma Supra-Concelhia do Baixo Mondego. Esta Plataforma foi constituída ao abrigo de um Diploma Legal, o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, e envolve as Redes de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure. Esteve presente nesta iniciativa, o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Rui Nuno Baleiras, que fez uma breve apresentação do QREN, esteve também o Senhor Governador Civil de Coimbra, Dr. Henrique Fernandes e o Coordenador da Plataforma Supra-Concelhia do Baixo Mondego, Dr. Mário Ruivo.

As oito Redes Sociais tiveram ocasião de apresentar algumas boas práticas; a Rede Social de Soure apresentou a Candidatura ao PROHABITA, foi uma das acções que envolveu directamente os diferentes parceiros do CLAS, designadamente Juntas de Freguesia, IPSS's, Segurança Social e esta foi uma resposta a uma necessidade prioritária identificada no Diagnóstico Social do Concelho.

### ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Foram ainda apresentadas outras boas práticas, num painel em que todas as Redes Sociais tiveram oportunidade de apresentar. A Rede de Soure evidenciou também o trabalho de parceria que existe no Concelho e que foi reforçado com a Rede Social; as Candidaturas ao PARES, três das quais já foram aprovadas na 1.ª fase; a constituição de uma IPSS na zona serrana, o Centro Social das Malhadas; a acção de âmbito concelhio do Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Soure, que interage com todas as Instituições do Concelho e também a oferta educativa diferenciada a jovens e adultos no Concelho. Todas estas acções são respostas a questões levantadas no Diagnóstico Social do Concelho, daí que nos parece que sejam, efectivamente, boas práticas que vão acontecendo e que vão procurando dar respostas a esses problemas levantados no Diagnóstico Social e também no Plano de Desenvolvimento Social do Concelho.

Também referir que, no dia 30 de Maio decorreu, no Salão Nobre da Câmara Municipal, a reunião do Conselho Geral do PDIAS - Projecto de Desenvolvimento Integrado de Acção Social; foi apresentado o Relatório de 2006; destacava como acções, acima de tudo, o atendimento, o acompanhamento social que é realizado, de forma descentralizada, pelos vários serviços e Instituições parceiras do PDIAS; destacar que os serviços mais procurados são o Serviço Local de Acção Social e o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal. Passámos a dar esta resposta e os Múncipes procuram, numa grande maioria, os técnicos do nosso Gabinete para apresentarem as suas questões que são questões, sobretudo, de carácter económico, saúde, habitação e que são depois encaminhadas. Há um atendimento descentralizado pelas várias Instituições do Concelho, estão envolvidos técnicos de todas as Instituições concelhias e o Gabinete de Acção Social é um dos serviços que presta atendimento.

Relativamente ao Plano de Acção para 2007, as propostas continuam a ser, naturalmente, o atendimento e o acompanhamento social, pequenas obras de melhoria habitacional e também algumas acções conjuntas, designadamente o Encontro de ATL's, a Colónia de Férias e uma acção sobre Promoção da Saúde.

Reuniu também, neste mesmo dia, o Núcleo Local do Rendimento Social de Inserção; foi também apresentado o Plano de Acção para 2007. Destaca-se o acompanhamento directo dos beneficiários, acima de tudo, através de visitas domiciliárias de todos os técnicos envolvidos; a elaboração, acompanhamento e avaliação dos correspondentes Programas de Inserção; o encaminhamento dos beneficiários para as respostas dadas pelos Centros Novas Oportunidades, dos dois Centros que existem no Concelho, do Agrupamento de Escolas de Soure e da Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel. É uma forma de redução da



***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

taxa de analfabetismo e de qualificação académica e também uma resposta a questões levantadas no nosso Diagnóstico Social. Foi apresentada uma caracterização da população beneficiária do Rendimento Social de Inserção no Concelho de Soure.

Destacaria que estão, neste momento, activos processos relativos a 127 famílias, que correspondem a 264 pessoas. Destas 127 famílias, apenas 15 processos entraram em 2007 e estes 127 processos integram casos que entraram ainda no primeiro ano, isto é, fez-se o balanço de 10 anos de aplicação desta medida, o Rendimento Mínimo Garantido, que começou em 1997. Referir que destas 127 famílias, 7 ainda são referentes a requerimentos que entraram em 1997; 18 - 1998; 3 - 1999; 4 - 2000; 5 - 2001; 1 - 2002; 13 - 2003; 17 - 2004; 23 - 2005; 21 - 2006 e 15 - 2007.

Desde 1997, entraram 889 requerimentos, estando 127 activos. Os dois primeiros anos, 1997/1998, foram os anos em que entraram mais requerimentos; a Freguesia de onde são oriundos mais casos é a de Soure, segue-se Granja do Ulmeiro e Alfarelos. De referir também que ao nível das idades, destes 127 casos activos, 51% são agregados familiares cujos titulares têm mais de 55 anos; os casos que ainda subsistem, de 1997, são agregados idosos com pensões muito baixas.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “são muitos os Municípios que nos abordam para saber se a Autarquia tem ou não, solução para retirar os tapumes amarelos junto às Piscinas. Penso que é uma questão que tem grande urgência em ser resolvida, até porque a reabilitação não depende, na nossa opinião, de qualquer outra recuperação envolvente mas irá, certamente, melhorar e beneficiar bastante toda a zona onde se encontra.

Tenho conhecimento que o Senhor Presidente irá ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se realizará a 15 e a 16 de Junho, nos Açores, e gostaria de referir o seguinte: nas notícias dos jornais de 8 de Junho, dava-se grande relevo à pretensão do Governo em fazer descentralização de responsabilidades, mais uma vez, em áreas de Educação, Saúde, Acção Social, Ambiente e Território. Os jornais também avançavam, com alguma particularidade, matérias dentro de cada uma destas áreas, que iriam ser discutidas neste Congresso, com os Autarcas. No momento em que verificamos que existe uma campanha contra as Autarquias e a imagem dos Autarcas, é curioso verificar a tentativa de descentralização destas competências para as Câmaras Municipais. Sabendo nós das dificuldades que elas têm a nível de recursos humanos, em conhecimentos técnicos em muitas áreas e, acima de tudo, na capacidade financeira, ou seja, sendo de discutir

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

todas as descentralizações nestas matérias, é muito importante saber em que condições é que elas irão ser feitas, quais são os meios financeiros que irão ser transferidos para as Autarquias, e estou a lembrar-me da Lei das Finanças Locais e isto levanta-nos grande apreensão, portanto, a minha intervenção é no sentido de defesa do sector público, das Autarquias, irá defender, se for o caso, a descentralização de meios financeiros e técnicos para que as Autarquias possam receber mais competências e aguardaremos pelas conclusões daquilo que nos irá comunicar.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “relativamente aos dados que foram facultados pelo Vice-Presidente, Senhor Santos Mota e pela Vereadora, Senhora Dra. Ana Maria Treno... os da Acção Social... chamo a atenção de que deverá continuar a haver um quadro síntese, em termos de avaliação comparativa no plano histórico dos rendimentos atribuídos, que nos permita perceber, não tanto como é que tudo evoluiu estatisticamente mas, acima de tudo, como é que, de ano para ano, tem evoluído o valor absoluto e a expressão relativa do número de famílias que estão a ter qualquer tipo de apoio a este nível. É importante que percebamos, designadamente no último triénio, como é que evoluiu, Freguesia a Freguesia, o número de famílias que estão a ser contempladas, para percebermos a expressão, o peso, a falta dele, a evolução desse peso relativo, das famílias que ainda revelam condições para serem contempladas com este tipo de apoio social.

Relativamente à questão dos tapumes amarelos, junto às piscinas... tomámos uma decisão que foi, na altura, anunciada e explicada e que se prendeu com a opção pela não construção da Piscina Coberta naquele sítio e pela musealização do resto da muralha encontrada. Essa opção teve dois tipos de tradução concreta: por um lado, o acordo previsto na Lei, com a não realização do investimento na Piscina Coberta naquele sítio e, por outro lado, a adjudicação, na ambiência legal aplicável, do estudo relativo à musealização e concomitantemente, da preparação de uma Candidatura para co-financiar essa aposta na musealização. Poderemos, de facto, tirar os tapumes amarelos, e encontrar uma solução provisória urbanisticamente adequada.

Relativamente ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses... numa das últimas reuniões tomámos conhecimento de aprovações unânimes do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses e uma delas tinha exactamente a ver com a questão da descentralização. Na altura adiantei o meu acordo quanto a essas balizas, sem as quais não deve ser aceite, não se deve realizar qualquer descentralização e, entre várias balizas, há duas que considero

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

absolutamente perceptíveis e lógicas: a primeira é de que qualquer serviço, uma vez descentralizado, tem um grau de exigência maior, dada a proximidade de quem o prestar, do que aquele que era o que existia quando a prestação era garantida por um serviço distante, o que significa que implica, invariavelmente, um investimento acrescido e, portanto, as Autarquias, para poderem aceitar essa descentralização, ela terá que ser necessária e obrigatoriamente acompanhada, não apenas da correspondente transferência de recursos, mas de uma transferência que permita dar uma resposta qualitativamente melhor, dada a inevitável exigência acrescida. Independentemente de questões que os jornais têm vindo a noticiar, a própria televisão, e que têm estado a ocupar as primeiras páginas nos últimos dias, vamos ver o que é que, de concreto, surgirá sendo certo que os elementos de que disponho, e que já foram enviados aos participantes no Congresso, apontam para uma manutenção muito clara daquilo que são as balizas sem as quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses não vê com bons olhos qualquer tipo de descentralização...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “soube por um jornal aqui de Soure que o Concelho conseguiria “integrar uma equipa de futebol, com menos de doze”, que não tinham página na Internet. Informações recentes dizem que, efectivamente, há muito pouco tempo que essa página já está a funcionar. A leitura desse jornal fez-me retirar algumas ilações, é que pela leitura atenta da lista de Municípios que não tinham ainda página na Internet, ficámos com a constatação que todos os vizinhos do Concelho de Soure tinham, que todos os Municípios do Distrito de Coimbra tinham, e que nós ombreávamos em ausência de página na Internet, com Mesão Frio, Murça e até a Calheta, nos Açores. Eu, não cuidando de saber porque é que uma página, já mostrada previamente em reunião de Câmara, nunca mais passa ao activo, palpitando-me contudo que essa não inclusão da página no espaço net se deve, porventura, a estudos mais aprofundados da mesma, gostaria de questionar o Senhor Presidente sobre o porquê de tão estranha ausência e de tão estranha posição no ranking por parte do Concelho de Soure em relação a Municípios sem página na Internet.

A segunda questão tem a ver com uma expressão que o Senhor Presidente utilizou quando abriu a reunião de hoje, dizendo que em relação à Auto-Estrada A17, na sua perspectiva, foi uma janela que se abriu. Permita-me dizer-lhe que acho que foi uma porta que se fechou e devo dizer ainda mais para consubstanciar o estranho ranking em que por vezes nos envolvemos, que o Concelho de Soure é o único Concelho do Litoral Centro sem acesso a uma Auto-Estrada. Pasmese ainda que

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

um Concelho como o nosso, que vê o seu território, ou territórios vizinhos, serem ultrapassados por Auto-Estradas, não tem acesso a nenhuma delas. Quase que me oferecia dizer que se mais uma Auto-Estrada passar pelo nosso Concelho, então é que ficamos completamente fechados.

Um Governo tão ágil a fechar Escolas, a fechar Urgências em Centros de Saúde, é um Governo que está a tratar mal Vossa Excelência. Este Governo não o trata bem a si, mas deixe-me dizer-lhe também, e certamente concordará comigo, que este Governo trata mal o Concelho de Soure. Não cuidando de ver se a imagem de deserto que o Ministro das Obras Públicas colocou na zona sul do País, se pode ou não aplicar ao nosso Concelho, daqui a uns tempos, queria dizer-lhe que é com muita preocupação que vejo esta situação.

Permita-me dizer que mau grado toda a nossa disponibilidade para, assumidamente, emparceirarmos com toda esta Câmara Municipal naquele que é um projecto que devia ser assumido como prioritário para nós, que era, no mínimo, uma ligação a uma Auto-Estrada que passa aqui nas “nossas barbas”, essa nossa disponibilidade não foi solicitada e, portanto, apenas nos limitamos a constatar a festa que os outros Concelhos fazem por terem acesso a um Nó da Auto-Estrada e o desanimo que perpassa pela população Sourense. É que os Senhores Vereadores falam em política de proximidade mas os Governantes falam em política de distanciamento e esta é uma situação absolutamente aflitiva. Senhor Presidente, quero crer que tenha desenvolvido todos os esforços no sentido de termos o almejado acesso à Auto-Estrada; quero acreditar que, tal como acontece com qualquer outro Sourense, Vossa Excelência ficaria tão satisfeito se isso acontecesse, mas não aconteceu e este é um dado concreto. Há relativamente pouco tempo, foi aqui colocado nesta Câmara, situações de explicação economicista para que os acessos fossem aqui e não fossem acolá, mas não me parece que esse seja o principal objectivo da colocação destes Nós da Auto-Estrada. O que eu acho, porventura, é que o Governo não atende aos interesses do Concelho de Soure; o Governo não atende aos anseios desta população e, acima de tudo, o Governo não o atende a si e não o atendendo a si, naturalmente que as propostas que o Concelho de Soure possa fazer, não são devidamente apreciadas. Esta é uma situação desconfortável, até porque não temos resposta para ela, pode ser que Vossa Excelência tenha, não nos vindo contudo dizer que é uma janela que se abriu porque se a janela se abriu eu não sei, o reposteiro deve tapar a passagem do vento, mas queria dizer-lhe que estaremos, mais uma vez, interessados em saber o porquê desta situação e se achar oportuno, explicar-nos porque é que não conseguiu que os seus objectivos fossem alcançados, pelo menos, ficaremos esclarecidos.

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Terminava dizendo que, conforme foi referido nesta reunião, o Senhor Presidente vai assumir posições e defender não sei o quê no Congresso dos Municípios, soube isso pela Senhora Vereadora da CDU e Vossa Excelência, depois, ratificou essa indicação. Quero dizer que se vai assumir posições, que assumam posições desta natureza, ou seja, que o economicismo latente de alguns membros do Governo, que os leva a apelidar zonas do País de deserto, não se aplique a todo o território nacional, classificando o nosso País como um País a duas velocidades, que é a velocidade de Lisboa e das zonas circundantes e a outra velocidade é a velocidade da província, que nem direito a um acesso tem a uma Auto-Estrada que passa nas suas cercanias.

Quero acreditar que as vossas reflexões na Associação Nacional de Municípios Portugueses sejam reflexões que possam levar-nos a continuar a acreditar que o Poder Local é ainda ouvido por este Governo, que eu já não acredito muito nisso. O desafio que lhe deixo é que, podendo defender esta “dama” no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos deixe, contudo, uma réstia de esperança em relação a investimentos, deste Governo, no Concelho de Soure, porque devo dizer-lhe que até agora não vi nenhum, e passados estes anos todos, sem um Governo da República a aplicar um euro que seja no desenvolvimento de um Concelho, naturalmente, ficamos absolutamente intrigados do porquê desta situação.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “sabemos todos da atenção com que procede a avaliações comparativas do Concelho de Soure com os demais Concelhos, nos mais diversos domínios... Dir-lhe-ia que a questão “Net” foi uma opção de não investirmos, de aproveitarmos um investimento de Terras de Sicó... o “site” foi aberto sem pressas, não é um produto acabado, e se outros andaram mais depressa porque priorizaram essa opção, é sabido, já era sabido nas últimas Eleições Autárquicas, que essa, de forma justa ou errada, não foi considerada pelo Executivo que então liderava, uma opção primeira e, curiosamente, não o tendo sido ao longo dos últimos 6/7 anos, e tendo sido questionada pela então oposição, devo-lhe lembrar que não vi a sua solidariedade por não ter considerado prioritário esse investimento, julgava até ter visto a sua concordância e compreensão...”

Antevejo, percebemos todos, que com a tal atenção para fazer avaliações comparativas no “ranking”, ao ter apenas levantado este problema, ficamos mais tranquilos, porque, certamente, terá feito outras comparações, noutros domínios, para nós considerados essenciais ao desenvolvimento e terá concluído que não valeria a pena abordá-las politicamente!!!... Por outro lado, esta é

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

uma questão que deixou de o ser, a única diferença é que agora caminhamos para uma sistematização de sites municipais, porventura com a porta do Coimbra Digital e desde que isso envolva poucos ou nenhuns investimentos, certamente que estamos receptivos a continuar uma aposta, que é uma aposta que compreendemos, deverá ser uniformizada, em termos regionais, se não mesmo em termos nacionais. Percebo perfeitamente a questão que levantou, julgo até que conhecia a resposta, sabe perfeitamente que não é verdade, quando diz que nunca mais passa ao activo pela simples razão de que ela já está no activo... tive a oportunidade e a abertura de vos dar o código de acesso, quando ele ainda estava condicionado... foram solicitados contributos dentro daquilo que pudesse ser uma avaliação construtiva e interna, mas, de qualquer forma, o site está no activo...

A17... a expressão “*janela que se abriu*” em contraponto com “*porta que se fechou*”... expressões como “*o único Concelho do Litoral sem acesso a uma Auto-Estrada... se mais uma Auto-Estrada passar ficamos fechados*”... o Concelho de Soure é um Concelho do Centro Litoral... de há muito que trava uma luta no sentido de haver um Nó de acesso na Auto-Estrada que liga Lisboa ao Porto - A1. Devo dizer-lhe que continuo a pensar que será perfeitamente possível podermos vir a anunciar esse investimento... se o conseguirmos, se conseguirmos que os responsáveis por esse tipo de decisão possam vir a anunciar a concretização desse objectivo, deixe que lhe diga que isso resultou, acima de tudo, de uma capacidade reivindicativa, social e tecnicamente consistente!!!... Não concordo consigo quando coloca as questões em termos de um qualquer Governo tratar mal um Concelho... ou mesmo de um qualquer Governo não ouvir o seu Presidente de Câmara... Aquilo que sempre procurei que fosse a minha postura institucional no relacionamento com diferentes Governos, e, ao longo dos sucessivos mandatos, relacionei-me com Governos de maioria PSD e de maioria PS, enquanto Presidente de Câmara, assentou sempre numa preocupação que era a de procurar sustentar técnica e socialmente as nossas reivindicações!!!... nunca sentir/assumir que precisava de qualquer tipo de favorecimento ou de tratamento preferencial para conseguir que um Governo realizasse um investimento com dinheiros públicos, que são de todos... o meu relacionamento com este Governo em nada mudou!!!... Sempre que solicito reuniões tendo sido atendido... tenho, certamente, as dificuldades que os demais Concelhos terão... tenho, certamente, as facilidades que outros Concelhos terão... Agora, a capacidade argumentativa em termos de apresentação dos nossos problemas e procurar influenciar o aparecimento de soluções, devo-lhe dizer que estou e continuo, como sempre, empenhadíssimo...

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Quando nos pronunciámos, a primeira vez, sobre o Nó de acesso à A17, no Troço Louriçal/Mira, como estará lembrado, a sua localização inicialmente prevista era a dois quilómetros da antiga Corda Termal e, na altura, os três Concelhos pronunciaram-se favoravelmente... Após a avaliação de impacto ambiental, ainda antes desse Nó existir, deslocalizaram esse Nó para a Marinha das Ondas... a partir daí abriu-se uma “frente” em que há três Concelhos que nela estão envolvidos - Soure, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz -, e onde a resposta que tem vindo a ser dada, é basicamente esta: perante o que está contratualizado para este troço, com a mudança de localização, não era possível criar já um Nó adicional!!!...

Assim sendo, nós não tínhamos a menor possibilidade de êxito, se, de forma radical, tivéssemos colocado a questão já, porque isso não nos tinha levado a nada!!!... A postura de diálogo adoptada pelos três Concelhos levou-nos à abertura de uma janela, num quadro de uma porta que se fechou...

Foi apenas este e só este o espírito com que usei essa expressão... não é um espírito, nem de conformismo, nem de qualquer tipo de contentamento... pelo contrário, devo dizer-lhe que em matéria de exigência, considero que sou tão ou mais exigente que o Senhor Vereador porque, concordará comigo, que a responsabilidade perante a eventual não concretização deste tipo de objectivos é imputável a mim próprio e não ao Senhor Vereador... este é um processo que não está fechado, no qual estamos firmemente empenhados, tão firmemente empenhados que o futuro, não muito distante, lhe mostrará até onde é que estamos dispostos a ir se, porventura, as coisas não tiverem a evolução que acreditamos possa vir a ter este processo.

Não acho que este Governo esteja a tratar mal, especificamente, o Concelho de Soure... mesmo naqueles domínios em que muitos consideram que as políticas nacionais adoptadas, são políticas com alguma carga anti-social, nós temos a sensação, a certeza, que no Concelho de Soure, que não é uma ilha, que integra um Estado de Direito que é Portugal, temos conseguido, apesar de tudo, minimizar esses efeitos e temos conseguido que estes processos tenham decorrido com paz e eficácia sociais... não são as minhas palavras que o dizem, é a realidade que o evidencia... Por outro lado, quando digo que estamos a 10 quilómetros ou a menos de 10 quilómetros... é preciso percebermos o seguinte: o Concelho de Soure não resolve, não melhora o seu problema de acessibilidades com um Nó exclusivamente ali ou acolá!!!... nós estamos envolvidos em várias frentes, as frentes que, aliás, constam do Relatório Síntese do Plano Regional de Ordenamento do Território de 1997... evidentemente, temos que insistir na possibilidade de aparecer

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

como que o corolário desses investimentos instrumentais porque, por exemplo, na Sede do Concelho estamos a 16 quilómetros do acesso Sul e a 16 quilómetros do acesso Norte... não temos razões para estar satisfeitos e por isso é que estamos a lutar pelo Nó ao IP1, na Zona do Casconho!!!..., agora, é evidente que para o Sul da Freguesia de Vinha da Rainha, com o Nó a menos de 10 quilómetros, no Louriçal, trata-se de uma melhoria indiscutível... É evidente que para as Freguesias de Alfarelos, Figueiró do Campo e Granja do Ulmeiro, a ligação Arzila/Alfarelos, bem como o viaduto que ligará Alfarelos a Montemor-o-Velho e às Vias Rápidas é igualmente uma questão de grande importância... De maneira que, para a dispersão geográfica do Concelho que representamos, da área que tem, da forma como estão as 12 Freguesias, há um conjunto de investimentos que devem, em conjunto, melhorar, de facto, as acessibilidades... adianto-lhe ainda que estamos longe de caminhar para ser qualquer deserto e estamos longe porque, mais uma vez, não sou eu que o digo, são os números que o evidenciam... Ainda agora, vendo um pré-relatório de Saúde, pude constatar que, por exemplo, desde 1991 até 2006, no nosso Concelho, anualmente, o saldo fisiológico entre o número de nascimentos e o número de óbitos é um saldo fisiológico negativo de 140/pessoas/ano, o que significa que, por exemplo, em 15 anos, deveríamos ter diminuído a população, qualquer coisa como 2250... ora, não só não diminuimos nada disso, como o número de famílias residentes é cada vez maior!!!... Estes elementos, entre muitos outros, mostram que nós não estamos a caminhar para sermos qualquer deserto... pelo contrário, estamos pujantes, estamos a incutir confiança, estamos cada vez mais atractivos e esta é a minha leitura do Concelho!!!... compreendo que não seja a sua, mas é aquela que faço a partir dos sinais reais, evidentes, que o Concelho nos vai mostrando.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “no Período de Antes da Ordem do Dia, os Senhores Vereadores costumam falar de uma política de proximidade... eu, quando ouço o Governo, dirigido pelo Partido a que Vossas Excelências pertencem, falar, diria que eles aplicam uma política de longinquidade e porquê? Porque, e não querendo que o meu lado emocional se sobreponha ao racional porquanto, quando ouvimos falar nestas questões de Auto-Estradas, de investimentos, vemos, claramente que existe um desinvestimento nas zonas rurais por parte do Governo, que é uma coisa que a nós, que vivemos aqui e que somos de cá, nos confrange, é uma situação que, muitas das vezes, temos que fazer com que o racional se sobreponha ao emocional sob pena de, às vezes, podermos dizer



## ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

alguma coisa que não gostaríamos de dizer, mas isto é um facto que não podemos escamotear, não podemos “tapar o sol com a peneira”; este Governo diz uma coisa e faz outra. Esta política de longinquidade ficou agora até bem patente, ontem, dia 10 de Junho, quando o Senhor Ministro das Obras Públicas, que queria participar nas Cerimónias do 10 de Junho, teve que entrar por uma porta mais escondida para não ser alvo das pessoas que naquele dia, por acaso, tinham “ido ao deserto”.

Esta questão do Governo leva-me a outras questões, todos nós já sabemos, a Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos falou nisso, o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa também falou, da forma como tem sido feita descentralização. A descentralização faz-se, primeiro, pelo esvaziamento das coisas e, depois, dar poderes às Autarquias. Num espaço temporal muito curto vemos que na Educação acontece aquilo que acontece, a Segurança Social parece que vai ficar em Coimbra ou então passar para as Câmaras; a Saúde também é aquilo que nós vemos; a Segurança a mesma coisa e, por conseguinte, há aqui um conjunto de serviços públicos que deviam ser pagos pelos nossos impostos, ou que são pagos pelos nossos impostos e quando nós pagamos impostos é para prestar um serviço que os privados não podem, porque não dão lucro e os nossos impostos, de facto, não estão a ser aplicados naquilo para os quais pagamos. Referi isso já a propósito, numa das últimas reuniões, da Protecção Civil, quando o Governo quer transferir, para as Câmaras Municipais, as transferências da Protecção Civil mas não transfere verbas. O que é que faz? Cria um novo imposto.

Esta política de proximidade que o Governo, com palavras bastante eloquentes e com a sua capacidade de dar a volta às questões, nos tenta impingir que é ao contrário, faz-me lembrar aquela publicidade das operadoras de telemóveis que é “chegamos a 90% dos portugueses”, esquecem-se é de dizer que esses 90% dos portugueses se concentram numa faixa litoral oeste e sul e que o resto do País, quando se faz uma chamada, não tem rede... o restante território não é servido e o problema é exactamente este, não estamos a ter uma política de território mas uma política de população, o que desvirtua completamente o desenvolvimento de um País.

Esta questão leva-me a três outras questões. A primeira é sobre uma notícia que saiu num jornal da nossa região, relativamente ao encerramento do Hospital Psiquiátrico de Arnes, o que é inevitável e que é mais uma estrutura que vai sair do nosso Concelho. Se nos fosse explicada a razão e fossem criadas alternativas para aquela população que lá está, se calhar, poderíamos entender, mesmo não concordando dessas razões. Por outro lado, o Centro Psiquiátrico de Arnes ainda tem uma população trabalhadora que é do Concelho de Soure e isso pode trazer

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

algumas consequências ao nível do desemprego. O que é que vai acontecer ao Hospital Psiquiátrico de Arnes e o que é que o Governo pensa fazer para dar dinâmica àquele espaço e não fazer com que os trabalhadores que lá estão sejam colocados no Quadro de Excedentários?

Outra questão tem a ver com as Forças de Segurança. Na altura falou-se que o facto da GNR ter o seu Comando do Destacamento em Montemor-o-Velho podia ser uma forma de dar mais alguma força ao procedimento de proximidade nas zonas de Granja do Ulmeiro, Figueiró do Campo, Alfarelos, porquanto, como estavam próximos do Posto, essa proximidade podia acontecer. Hoje, tive a notícia de que a Escola EB1 da Granja do Ulmeiro foi assaltada; não sei se há alguma causa/efeito mas, de facto, é uma situação que nos preocupa, não só porque a EB1 está no centro da Freguesia da Granja do Ulmeiro mas também porque isso cria na população escolar, e não só, alguma insegurança, que é aquilo que nós não queremos que aconteça. A minha pergunta é se a Câmara está a equacionar a hipótese de colocar algum sistema de alarme, sobretudo nestas escolas de maior dimensão para que, pelo menos, os larápios sejam assustados pela segurança.

A outra questão, e que também se prende com uma política de proximidade, é que o Governo diz que dá mais autonomia às Escolas, aos Agrupamentos de Escolas e eu sei que a Câmara Municipal tem assento na Assembleia de Escolas do Agrupamento de Escolas e a questão que queria colocar, enquanto pai colocarei esta questão na Associação de Pais, é porque é que a qualidade da alimentação no Agrupamento de Escolas, sobretudo na EB 1/2, decaiu a partir do momento em que o refeitório foi concessionado a uma empresa privada e, neste momento, os alunos estão a reclamar pela qualidade da alimentação que, de facto, não corresponde às expectativas.

Evidentemente, acho que devemos ter uma atitude positiva e permitam-me que saúde o discurso do Senhor Presidente da República, do 10 de Junho, que pôs a “mão na ferida”. Todos nós temos que ter uma atitude positiva mas não podemos “tapar o sol com a peneira”, as coisas não estão a correr como se diz que estão e criar falsas expectativas é defraldar as expectativas daqueles que acreditam que o País pode melhorar.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “relativamente ao Hospital Psiquiátrico de Arnes, este é um processo que, há anos, acompanho com muita proximidade, por vezes, até ajudando a ultrapassar conflitos entre a IPSS local e a unidade de Saúde, de forma responsável e discreta... o que vos posso dizer é que após a

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

nomeação do Presidente do Conselho de Administração do Sobral Cid, que passou a tutelar estas unidades de Arnes, Lorvão e Sobral Cid, tenho mantido com o mesmo conversações regulares e sistemáticas... Tive o cuidado de recolher um conjunto de elementos estatísticos sobre aquilo que é a actividade desenvolvida em Arnes, dos custos que lhe estão associados, aquilo que é o volume de serviços prestados e, publicamente, confrontei-o com a incompreensão total de, com aqueles dados, se poder sequer equacionar o seu encerramento. Tenho que vos dizer que “deixei” de ouvir falar em encerramento e, para surpresa minha, parece que há um estudo que diz que até 2012 deverão encerrar 3 Hospitais Psiquiátricos existentes no País... Numa situação em que, informalmente, parece que era para fechar amanhã, passámos para um estudo que diz que até 2012... continuaremos, de forma diligente e responsável, a debater com conhecimento dos dossiers, em sedes próprias... Se o Senhor Vereador tiver outra forma de acompanhamento deste processo, volto a sublinhar que estou inteiramente disponível para todos os contributos, neste e noutros domínios... aliás, sem qualquer tipo de ironia, sem qualquer tipo de provocação, mas com a disponibilidade total de um Presidente de Câmara que está pouco ou nada preocupado com questões de natureza político-partidária, quero reafirmar a minha disponibilidade para, em questões como esta ou da A17, não reclamando titularidades de estratégias, acolher os contributos que possam defender melhor o Concelho de Soure... serão bem vindos, acolhidos e não hesitarei em tornar pública a sua titularidade, se for caso disso.

Relativamente ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e respondendo ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa... eu não disse que vou intervir, aliás, nem me parece que fosse essa a intenção da pergunta da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos. O que disse foi que em tudo aquilo que, porventura, possa vir a ser colocado à votação, a posição que exprimirei através do voto é aquela que resulta das balizas que sempre tenho defendido e com as quais tenho concordado... não tenho a menor intenção de fazer qualquer intervenção até porque, como sabe, para se poder intervir em matérias que, tecnicamente, estão já muito estudadas, é preciso que andemos quase em cima de pormenores e podermos sentir que estamos a contribuir para a discussão. Tenho acompanhado os processos de transferência mas não sou, neste momento, um indivíduo extremamente bem informado, sobre esta ou aquela transferência de competências em especial e, portanto, não antevejo qualquer intervenção; no momento da votação, não hesitarei em votar sempre de acordo com as balizas que vos tenho adiantado.

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Volto a esclarecer que o Quartel da GNR de Soure não foi sediado em Montemor-o-Velho... houve, sim, um aumento do número de Destacamentos Territoriais... o Comando de Soure dependia do Destacamento Territorial de Coimbra... foi criado um em Montemor-o-Velho, onde passaram a estar afectos, uma parte da Figueira da Foz, uma parte de Cantanhede, Montemor-o-Velho e Soure!!!... isto aconteceu quando era Primeiro-Ministro o Dr. Pedro Santana Lopes, com a compreensão perfeita da centralidade geográfica subjacente à medida e, sobre isso, disse o seguinte: que, designadamente, para as Freguesias próximas desse Destacamento, o que poderia ocorrer, em teoria, seria até uma vantagem... há algumas respostas em termos de segurança que existem apenas nos Destacamentos Territoriais e havendo uma maior proximidade... dou-vos um exemplo, o chamado NIC - Núcleo de Investigação Criminal, que funciona junto aos Destacamentos... basta haver um roubo para estarmos preocupados... como disse e bem, podemos, estatisticamente, não estar assustados mas temos que intervir e é por isso que penso que a todo o tempo, no que diz respeito às Escolas, aparecerá uma proposta concreta, para podermos implementar!!!...

Relativamente à questão de Saúde, ainda hoje falei com o Director do Centro de Saúde sobre isso... também falei telefonicamente com o Presidente do Agrupamento de Escolas que, curiosamente, estava na Granja do Ulmeiro a acompanhar o que se teria passado e nem sabia que, em Vila Nova de Anços, tinha havido uma passagem pelo Jardim de Infância... concordará comigo que, e não estamos a desvalorizar, tudo o que seja criminalidade é para ser levado a sério, valorizado e ser combatido preventivamente!!!... mas, devo dizer que compreendo e apoio este Governo naquilo que são os seus considerandos, por exemplo, para o Plano Nacional de Ordenamento do Território, só que esses considerandos estão desconformes com algumas políticas sectoriais deste Governo... aliás, é aquilo que diz a aprovação do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre esta matéria. É evidente que estou de acordo com o Senhor Vereador, e sabe disso, quando fala em desinvestimento nas zonas rurais, não me interessa se é o Governo A ou B, é uma lógica territorialmente não solidária... portanto, não pode ter o meu apoio... mas da mesma forma lhe direi que não é por termos o Destacamento aqui ou acolá que você não vai ter roubos... agora, temos que ter uma actuação concreta e vamos aprová-la no mais curto espaço de tempo.”

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “sobre a qualidade na alimentação, a informação que tenho do Agrupamento de Escolas de Soure, e é do conhecimento dos Encarregados de Educação, é que este serviço foi adjudicado pelo Ministério da Educação, pela Direcção Regional de Educação do Centro, a uma empresa após concurso público. Aliás, isso aconteceu com a maioria das Escolas da área de influência da DREC; as Escolas de Soure, praticamente, foram obrigadas a aceitar esse serviço que resultou de um concurso público. Ao que sei, também ao nível da Associação de Pais, tem colocado algumas questões ao Agrupamento de Escolas de Soure, que está a acompanhar o serviço prestado; a indicação que tenho do Senhor Presidente do Agrupamento de Escolas, é que o serviço funciona com toda a segurança e qualidade alimentar; algumas crianças queixam-se é de que não gostam da comida, portanto, ninguém diz que há má qualidade alimentar. Mas é um processo que está a ser acompanhado de perto, pelo Agrupamento de Escolas de Soure mas que me tem informado que há regras muito rígidas, designadamente, a nível da segurança alimentar e de nutricionismo.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a minha questão era que, enquanto membro da Assembleia de Escola, colocasse esta questão. Não falei em qualquer questão a nível de higiene alimentar, o que falei foi da qualidade...”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 29.12.2006**

*Deliberado, por maioria, com seis (6) votos a favor e uma (1) abstenção, aprovar a presente proposta de acta. -----*

**11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

**Ponto 4. EDUCAÇÃO**

- . CARTA EDUCATIVA
- Homologação

O Senhor Presidente referiu que: “dar conhecimento de que foi publicamente homologada a Carta Educativa, ainda que com um conjunto de recomendações. A Carta Educativa, além de um instrumento de planeamento, é uma condição essencial para apresentação de Candidaturas ao QREN... temos consciência plena de que este não é um produto acabado, é antes um produto que irá ser objecto de monitorização permanente.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “todos nós nos devemos congratular com esta homologação, porque é um documento que é essencial, acima de tudo, para a apresentação de Candidaturas ao QREN.

Temos a construção de Novos Centros Escolares previstos na Carta Educativa e sem a homologação não seria possível candidatar-mo-nos ao QREN, portanto, penso que devemos estar satisfeitos e, se calhar, mais satisfeitos ainda por ter sido um documento elaborado totalmente pelos serviços da Autarquia. Agora, há que pensar no futuro e vermos o nosso Concelho dotado de equipamentos escolares cada vez com mais qualidade para os nossos alunos.”

*Foi tomado conhecimento.* -----

**Ponto 5. DESPORTO**

- . APOIOS AO INVESTIMENTO
- 2007 - (2)

**DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

**Apoios ao Investimento // 2007 - (2)**

Proposta

<b>ENTIDADE</b>	<b>TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL</b>
■ . @ + . @ } ● ⊕ + ■ ★ ● ; ★ 1 . ○	<b>11.000 €</b>

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

O Presidente  
(João Gouveia, Dr.)  
2007.06.08

O Senhor Presidente referiu que: “tem a ver com um apoio cuja necessidade socialmente está justificada... os critérios são os habituais, sendo que neste caso o apoio proposto é de 70% porque se trata de um investimento “não passível de ser desenvolvido directamente” por Dirigentes e amigos da Instituição.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente.--  
O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos ausentou-se, não participando na votação.--*

**Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL – URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
. Centro Social de Alfarelos - IPSS  
- Isenção de Taxas**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: CENTRO SOCIAL DE ALFARELOS  
ISENÇÃO DE TAXAS

O Centro Social de Alfarelos é titular de um pedido de licenciamento de uma operação de loteamento e obras de urbanização (Proc. N.º 9/2004), em fase de emissão de alvará, e de um pedido de autorização para a construção de um edifício destinado a Lar de Idosos (Proc. N.º 26/2007).

Face ao interesse que o investimento reveste para o Concelho, e à semelhança do que tem sucedido com outros casos, sugerimos, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento e Tabela de Taxas de Licenças e de Prestação de Serviços Municipais, que a Câmara Municipal delibere isentar esta Instituição do pagamento de quaisquer taxas devidas no âmbito de ambos os processos.

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
08.06.2007

O Senhor Presidente referiu que: “o que está em causa é que em investimentos desta natureza, entre outras formas de colaboração, isentemos a Instituição promotora do pagamento das licenças que, legalmente, são aplicáveis. Assim, proponho que aprovemos o presente pedido de isenção de pagamento.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar o presente pedido de isenção de pagamento de taxas, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----  
O Senhor Vereador Eng.º Aurindo Santos ausentou-se, não participando na votação.--*

**11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

**Ponto 7. URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . **Construção de Passeios**
- . **Construção de Passeio no Piquete junto ao Cruzamento da EN 348 com o CM 1106**  
- **Ajuste Directo**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS

CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NO PIQUETE JUNTO AO CRUZAMENTO DA EN 348 COM O CM 1106

AJUSTE DIRECTO

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

**1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação:**

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (com consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **21.945,03 euros**, superior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste Órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem em parte cabimento no Orçamento para o presente ano de 2007 pela rubrica **03.01.07.01.04.13** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **05.004 2007/107**.

**2. Processo**

Aprovar alteração ao projecto e documento em anexo.

**3. Consultar a(s) seguinte(s) entidade(s):**

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, às seguintes empresas:

- . **ANOG - de Albino de Oliveira Guardado;**
- . **REDEVIAS - Sociedade de Construções e Vias, SA;**
- . **LEIRISLENA - Sociedade de Construções, SA.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
29.05.2007



**11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

e

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS  
CONSTRUÇÃO DE PASSEIO NO PIQUETE JUNTO AO CRUZAMENTO DA EM 348 COM O CM 1106

O alargamento do cruzamento da EM 348 com o CM 1106 no lugar do Piquete, veio permitir uma maior visibilidade e segurança no local. Após esta intervenção, surge a necessidade de efectuar a abertura de caixa de pavimento entre a valeta da EM 348 e o muro de vedação das habitações, bem como a colocação de manilhas de betão de diâmetro de 400 mm para drenagem das águas pluviais.

Estes trabalhos serão finalizados com a construção de um passeio com lancil de betão e blocos de encaixe tipo SOPLACAS na cor amarela.

Esta intervenção encontra-se incluída no Plano de Actividades para 2007 e tem um valor que se estima em aproximadamente 21.945,03 euros + IVA.

À Consideração Superior,  
O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
28.05.2007

O Senhor Presidente referiu que: “sempre que aparecem investimentos privados significativos, a Câmara tem, naturalmente, procurado valorizar as áreas envolventes, em termos urbanísticos... nas Zonas Industriais, tem procurado contribuir directamente, por exemplo no apoio à realização de movimentações de terras... neste caso concreto, trata-se da construção de passeios no cruzamento que vai para S. Isidro em frente à variante ao Piquete/Gesteira.

Assim, proponho que se aprove o recurso ao ajuste directo para a realização deste investimento.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----*

**Ponto 8. URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . Bairro Pré-Fabricado
- . Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 7.ª Fase
- Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
BAIRRO PRÉ-FABRICADO  
DEMOLIÇÃO DE CASA PRÉ-FABRICADA N.º 11 - FASE 7  
AJUSTE DIRECTO

## ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

### **1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação:**

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (sem consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **1.375,00 euros**, inferior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (*vide* alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste Órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149.639,36 euros** - (*vide* alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem cabimento no Orçamento para o presente ano de 2007 pela rubrica **03.01.11.02.99**.

### **2. Processo**

Aprovar documento em anexo.

### **3. Consultar a(s) seguinte(s) entidade(s):**

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, à seguinte empresa:

**. ANOG - de Albino de Oliveira Guardado.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
31.05.2007

e

Assunto: BAIRRO PRÉ-FABRICADO NA VILA DE SOURE  
- DEMOLIÇÃO DE UMA CASA – FASE 7

No seguimento de anteriores demolições efectuadas no local em assunto, em cumprimento de ordem superior, procedeu-se à elaboração do necessário mapa de trabalhos e correspondente orçamento para continuação das demolições.

Assim, propõe-se, em conformidade com o mapa de trabalhos em anexo, a demolição de mais uma casa no Bairro Pré-fabricado na Vila de Soure.

O valor estimado para os trabalhos totaliza **1.375,00 euros**, sugerindo-se a sua execução por ajuste directo.

**11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

À Consideração Superior,  
O Chefe de Divisão  
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----*

**Ponto 9. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . Mercado Municipal
- . Concessão de Lojas e Bancas
- Abertura de Hasta Pública

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
MERCADOS E FEIRAS - MERCADO MUNICIPAL  
CONCESSÃO DE LOJAS E BANCAS - ABERTURA DE HASTA PÚBLICA

De acordo com a informação da Médica Veterinária, encontram-se desocupadas lojas e bancas no Mercado Municipal, pelo que, face ao interesse manifestado por várias pessoas, justifica-se a abertura de uma Hasta Pública com vista à concessão das mesmas.

Na verdade, não obstante o aparecimento no Concelho, em especial na Vila de Soure, de outro tipo de ofertas, o Mercado Municipal continua a ter um importante relevo social e económico não só para a população servida, ao fazer chegar determinados produtos e ao exercer uma função moderadora nos preços de venda ao público, fomentando uma salutar concorrência com o mercado fixo, como também para os pequenos produtores agrícolas e comerciantes que têm neste equipamento uma oportunidade, por vezes única, de comercialização dos seus produtos.

Deste modo, foi elaborado, com base no Regulamento do Mercado Municipal, cujo processo de revisão está em curso, um programa que estabelece as condições de realização da Hasta Pública, procedimento previsto naquele instrumento para a concessão das lojas e bancas existentes no Mercado Municipal.

Sugerimos a seguinte composição para o Júri da Hasta Pública:

1. Presidente: João Gouveia, Dr.;
  2. Vogal: Manuela Santos, Dra., Vereadora;
  3. Vogal: Marcus Tralhão, Dr.;
- Suplente: Cristina Almeida, Dra., Médica Veterinária.

Face ao atrás exposto, sugerimos que a Câmara Municipal:

1. **Determine a abertura da Hasta Pública, com vista à concessão das lojas e bancas atrás identificadas, tendo em conta a competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e os artigos 9.º e segs do Regulamento do Mercado Municipal;**

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

**2. Aprovação dos documentos em anexo.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
28.05.2007

O Senhor Presidente referiu que: “há algumas Lojas e Bancas no Mercado Municipal que, neste momento, não estavam ocupadas... portanto, trata-se, de acordo com a ambiência legal aplicável, de aprovar a abertura da Hasta Pública com vista à concessão das Lojas e Bancas identificadas.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “penso que este documento é muito claro naquilo que pretende e nas normas que cria. Gostaria só de dizer que esta é uma medida complementar àquela que já aqui tomámos e que aprovámos que foi o desaparecimento do Mercado de Bens Alimentares no telheiro e a passagem desses vendedores para o outro Mercado coberto, dando uma resposta aos produtores do Concelho. Neste momento, o que pretendemos é reanimarmos o Mercado mais antigo que tem lojas e bancas vazias e temos conhecimento de pessoas que pretendem ir para lá.

Embora se esteja a preparar, neste momento, novos Regulamentos para Mercado e Feiras, mas também novos valores para as Taxas e Licenças, decidimos fazê-lo ao preço que ainda está em vigor e que já tem cerca de 20 anos, para facilitar o acesso das pessoas e promover o interesse a esta Hasta Pública.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “ninguém nos pode acusar de sermos contra o progresso e de hostilizarmos ou diabolizarmos os investimentos de médias superfícies que possam acontecer nos diferentes Concelhos do País, nomeadamente em Soure. Aquilo que me preocupa, neste momento, é se a Câmara Municipal está a produzir alguma reflexão sobre o envolvimento claro que deve haver da nossa parte, no sentido de potenciarmos o nosso Mercado Municipal, sob pena de, a curto prazo, deixar de acontecer aquele Mercado e, eventualmente, desaparecer. Por isso, permitia-me sugerir que nos fosse apresentado um documento de reflexão, que pudesse ser avalizado por todos nós e que constituísse uma afirmação clara da Câmara Municipal de Soure no sentido de valorizarmos todos aqueles que querem utilizar o Mercado Municipal para promover e vender os seus produtos, que não só nas médias superfícies.

Era isto que queria dizer, obviamente podendo ser extraído do que acabo de dizer alguma preocupação já que, naturalmente, quando num primeiro parágrafo se diz

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

que há várias lojas e bancas desocupadas, isso pressupõe algum desinteresse por parte dos potenciais interessados no passado em ocupar essas lojas e bancas, por isso, se o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora acharem bem, acho que devemos encaminharmo-nos rapidamente para uma reflexão aturada sobre procedimentos a adoptar no sentido de revitalizar o nosso Mercado Municipal.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “a existência de algumas bancas e lojas desocupadas teve mais a ver com “uma hesitação” entre desenvolver o processo já no âmbito do novo Regulamento que está a ser preparado ou de o fazer ainda com o Regulamento em vigor.

Há uma revisão regulamentar que está a ser preparada, porque o Regulamento que, actualmente, está em vigor tem tarifas excessivamente baixas... Temos estado, acima de tudo, a investir na melhoria qualitativa dos equipamentos... foi reabilitado o Mercado de Bens Alimentares, foram dadas novas respostas que não existiam e melhoradas as existentes... por outro lado, com o investimento que já foi aqui aprovado, iremos poder aproveitar o Soure 1111 para o Mercado de Bens Não Alimentares... concretizado este salto qualitativo, iremos apresentar uma proposta de revisão regulamentar, acima de tudo, adequada aos tempos actuais mas também assente numa resposta qualitativamente muito modificada para melhor.

Penso que isto não obsta em nada a que possamos ainda reflectir mais sobre uma informação quantificada da oferta que estamos a dar e da eventual adopção de medidas que, porventura, possam ajudar a revitalizar ainda mais.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “sobre a questão do Mercado de Bens Alimentares percebi a questão posta pelo Senhor Vereador. Penso que a preocupação que tem é comum a todos nós, que é a concorrência que existe hoje, entre superfícies que já existem e o Mercado de Bens Alimentares. No entanto, pensamos pela análise que fizemos, por conhecermos o estado em que se encontra o Mercado e existirem pessoas que estão interessadas em poder ocupar alguns daqueles espaços, estamos a tentar reanimá-lo. Pensamos que a melhor resposta ao estado em que ele se encontra será criar condições, ainda com as regras dos Regulamentos e das Taxas que estão em vigor, e que já estão muito desactualizadas, de levar para lá vendedores. Tentando reanimar o Mercado desta e de outras formas, tendo também em conta que alguns dos vendedores existentes atingiram a idade da reforma e, portanto, essas bancas só poderão ser ocupadas indo a Hasta Pública.”

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a Senhora Vereadora falou em criar condições, confesso que no documento não as encontro, porventura, elas podem ser depois explicitadas para termos uma ideia mais aturada sobre a questão, de qualquer maneira, entendo que há mecanismos que, porventura, podemos ter alguma dose de mediatismo em relação a potenciarmos um Mercado Municipal. Confesso que tenho duas ou três sugestões que, se acharem oportuno, poderei apresentar, nomeadamente com o envolvimento de produtores locais via Juntas de Freguesia...

Terminava dizendo que no ponto 8 do Programa é dito claramente que é dada preferência a comerciantes do Concelho e de fora... confesso que a ideia não me repugna minimamente, voto totalmente, só não sei se isto é possível, um documento público dizermos que daremos preferência a... obviamente que esta é a nossa ideia...”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura da hasta pública, com vista à concessão das lojas e bancas, conforme decorre da informação técnica/jurídica. -----*

**Ponto 10. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS**

- . Mercado Municipal
- . Provedor de Justiça - Reclamação
  - Arquivamento de Processo

O Senhor Presidente referiu que: “numa das últimas reuniões, no Período de Antes da Ordem do Dia, veio um comerciante/feirante colocar aqui algumas questões. Ao que parece terá resolvido pedir a intervenção da Provedoria de Justiça, a qual interveio, solicitou um conjunto de elementos à Câmara Municipal e comunicou-nos que, após o compulsar desses elementos, determinou o arquivamento do processo, considerou improcedente a reclamação apresentada.”

*Foi tomado conhecimento. -----*

**Ponto 11. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
- . Pontão de Ligação entre Alencarce de Baixo e Alencarce de Cima
  - Consulta Prévia

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

## ***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 11 de Junho de 2007***

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA  
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS  
PONTÃO DE LIGAÇÃO ENTRE ALENCARCE DE BAIXO E ALENCARCE DE CIMA  
ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista ao fornecimento e aplicação da estrutura pré-fabricada referida na informação em anexo, sugerimos a aprovação dos seguintes pontos:

### **1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação:**

A adopção da modalidade de **consulta prévia**, uma vez que o valor estimado é de **11.500,00 euros** - cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08.06 -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 euros - cf. alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma -.

O encargo previsto para o presente fornecimento tem em parte cabimento no Orçamento para o presente ano de 2007 pela rubrica 03.04.07.03.03.08 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 09.001 2007/169 2.

### **2. Consultas**

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deverá ser consultado pelo menos dois fornecedores, pelo que sugerimos a consulta às seguintes:

- . **BETAFIEL - Artefactos de Betão de Penafiel, Lda;**
- . **NEOCIPROL - Coberturas Pré-Esforçadas do Oeste, Lda;**
- . **FARCIMAR - Fábrica de Artefactos de Arouca, Lda.**

À Consideração Superior,  
O Director de Departamento  
(Marcus Tralhão, Dr.)  
06.06.2007

e

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES/REDE VIÁRIA  
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE EM ZONAS RURAIS  
PONTÃO NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE ALENCARCE DE BAIXO E ALENCARCE DE CIMA  
FORNECIMENTO DE GALERIA TÉCNICA FECHADA EM BETÃO ARMADO

Fornecimento de estrutura pré-fabricada em betão tipo “Box-Culvert” ou equivalente com as dimensões interiores de 3.00×3.00 m, comprimento total de 12.00 m, com a resistência para cargas de trânsito da classe II, de acordo com o RSA, muros de alas, incluindo selagem de juntas com poliuretano, transporte para o local, aplicação e meios de elevação.

**11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
05.06.2007

e

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES/REDE VIÁRIA  
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE EM ZONAS RURAIS  
EXECUÇÃO DE PONTÃO NA ESTRADA DE LIGAÇÃO ENTRE ALENCARCE DE BAIXO E  
ALENCARCE DE CIMA

As intempéries ocorridas no Inverno de 2006 provocaram o colapso parcial do pontão existente junto à antiga exploração industrial (Carbobrique) em Alencarce de Baixo.

Por forma a repor a normal circulação do trânsito rodoviário, sugere-se a construção de um novo pontão por administração directa, com recurso à aquisição de galeria técnica fechada em betão armado, pré-fabricado (Box-culvert) com as dimensões interiores de 3.00×3.00 m, numa extensão de 12.00 m.

Esta solução oferece vantagens na rapidez da sua execução, sendo que as medidas pretendidas de 3.00×3.00 m apresentam a possibilidade de um maior escoamento relativamente às dimensões do pontão anterior (3.00×1.90 m).

Esta aquisição encontra-se incluída no Plano de Actividades para o ano de 2007 e tem um valor que se estima em aproximadamente 11.500,00 euros + IVA.

À Consideração Superior,  
O Técnico  
(Evaristo Duarte)  
05.06.2007

O Senhor Presidente referiu que: “há um pequeno pontão de ligação, na estrada que vai de Alencarce de Baixo para Alencarce de Cima que, aquando das últimas intempéries, não resistiu... Foi feita a avaliação técnica considerada adequada para resolver a questão e para ficarmos com uma resposta melhor do que aquela que existia antes da ocorrência.

Agora, trata-se de aprovarmos a realização deste investimento, adquirindo o que nos é proposto, com recurso à modalidade de consulta prévia, sendo que após esta aquisição, a “construção” será feita pelos próprios serviços municipais.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “devido às intempéries ocorridas em 2006, registou-se a queda do pontão de ligação entre Alencarce de Baixo e Alencarce de Cima. Então, a Câmara Municipal, por administração directa, fez o alargamento da estrada que vai de Alencarce de Baixo aos Fuzeiros; o alargamento do pontão, com as devidas vedações, e também a regularização das margens dessa vala.



**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

No fundo, é uma alternância e, portanto, houve o cuidado em arranjar uma alternativa eficaz, mas sendo aquela, obviamente, importante de solucionar.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de consulta prévia, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----*

**Ponto 12. RECURSOS HUMANOS – ESTÁGIOS**  
**. Agrupamento de Escolas de Soure**  
**- Protocolo**

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “é um pedido de estágio profissionalizante - Curso de Educação e Formação - Técnico Electricista de Instalações e, face à premência temporal, assinei o Protocolo que nos foi proposto pelo Agrupamento de Escolas de Soure, tendo em conta que estes cursos vão ao encontro de uma necessidade identificada no Diagnóstico Social do Concelho e também de um dos Projectos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Social; pareceu-me que é uma óptima solução, inclusivamente os 7 estagiários já estão a trabalhar, precisamente no Mercado Municipal, na melhoria das instalações eléctricas.

Assim, propõe-se que se aprove a ratificação do Protocolo.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o presente Protocolo. -----*

**Ponto 13. RECURSOS HUMANOS**  
**. Subsídio de Férias // 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “todos os anos, o Subsídio de Férias é pago em Junho e a Câmara Municipal tem, tradicionalmente, autorizado o seu pagamento logo após o crédito em conta das Transferências do Orçamento Geral do Estado.

Assim, proponho que se aprove a ratificação do meu despacho de autorização.”

*Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente. -----*

**Ponto 14. RECURSOS HUMANOS**

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

**. Concursos Externos de Ingresso para Provimento de Lugares de  
Técnicos Superiores Estagiários Generalistas**

O Senhor Presidente referiu que: “como é sabido, a 13 de Fevereiro de 2007, entrou na Câmara Municipal uma nota da Provedoria de Justiça, informando-nos que tinham recebido um pedido de “intervenção” no âmbito de um concurso e que por isso solicitavam um conjunto de elementos.

No dia 19 de Fevereiro, os serviços enviaram todos os elementos solicitados à Provedoria, também, mais tarde à Procuradoria... de então para cá, têm enviado todos os elementos pedidos e prestado todos os esclarecimentos solicitados.

Ainda em Fevereiro, na reunião de dia 27, os serviços entregaram aos Senhores Vereadores cópia, quer do ofício da Provedoria, quer da nossa resposta, tendo tido igual procedimento com cada Bancada com assento na Assembleia Municipal. Agora, a Provedoria veio alertar para a existência de actos administrativos anuláveis, aliás, comuns a todos os concursos, considerando-os actos sanáveis. Perante isso, foi solicitada uma informação jurídica, sobre este assunto, no sentido de corroborar ou não o entendimento adiantado pela Provedoria.

Uma vez que a informação jurídica apontou, no essencial, para conclusões semelhantes às da Provedoria, foi determinado que se procedesse em conformidade.

O que está em causa é que, relativamente a cada um dos concursos, se tome conhecimento do que o Júri entendeu dizer por bem perante esta questão e que a Câmara Municipal, uma vez que foi invocada a delegação de competências da Câmara, ratifique ou não o Despacho de Homologação de cada concurso.”

**14.1. Requisito Especial de Admissão - Licenciatura em Economia  
- Publicado no DR, III Série, de 22.06.2006**

**14.1.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final**

*O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Gouveia, ausentou-se da sala, sendo que a Presidência foi assumida pelo Senhor Vice-Presidente, Santos Mota. -----*

*Foi tomado conhecimento. -----*

**14.1.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final**

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

*Manteve-se a ausência do Senhor Presidente da Câmara. -----*

*Foi deliberado aprovar a ratificação do despacho de homologação da lista de classificação final, por maioria, com três (3) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos do PS e da CDU e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos do PSD, com recurso ao voto de qualidade do Senhor Presidente em Exercício. -----*

14.2. Requisito Especial de Admissão - Licenciatura em Psicologia, Professores do Ensino Básico e Educação de Infância  
- Publicado no DR, III Série, de 03.10.2005

14.2.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

*O Senhor Vice-Presidente, Santos Mota, ausentou-se da sala. -----*

*Foi tomado conhecimento. -----*

14.2.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

*Manteve-se a ausência do Senhor Vice-Presidente, Santos Mota. -----*

*Foi deliberado aprovar a ratificação do despacho de homologação da lista de classificação final, por maioria, com três (3) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos do PS e da CDU e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos do PSD, com recurso ao voto de qualidade do Senhor Presidente de Câmara. -----*

Ponto 15. RECURSOS HUMANOS

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Um Lugar de Técnico Superior Estagiário
  - . Área de Serviço Social
- Publicado no DR, III Série, de 03.10.2005

15.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

*Foi tomado conhecimento. -----*

15.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

*11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007*

*Foi deliberado aprovar a ratificação do despacho de homologação da lista de classificação final, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos do PS e da CDU e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos do PSD.* -----  
-----

Ponto 16. RECURSOS HUMANOS

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Um Técnico Estagiário-Generalista
- . Requisito Especial de Admissão - Bacharelato em Engenharia de Operações Florestais  
- Publicado no DR, III Série, de 22.06.2006

16.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

*Foi tomado conhecimento.* -----

16.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

*Foi deliberado aprovar a ratificação do despacho de homologação da lista de classificação final, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos do PS e da CDU e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos do PSD.* -----  
-----

Ponto 17. RECURSOS HUMANOS

- . Concurso Externo de Ingresso para Provimento de Dois Lugares de Auxiliar Administrativo  
- Publicado no DR, III Série, de 10.10.2005

17.1. Acta da Reunião do Júri - Métodos de Selecção e Sistema de Classificação Final

*Foi tomado conhecimento.* -----

17.2. Despacho de Homologação da Lista de Classificação Final

**11.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007**

*Foi deliberado aprovar a ratificação do despacho de homologação da lista de classificação final, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos do PS e da CDU e três (3) votos contra dos Senhores Vereadores eleitos do PSD.* -----

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho proferiu a seguinte Declaração de Voto: “os Vereadores Eleitos pelo PSD na Câmara Municipal de Soure, votaram contra as propostas constantes nos Pontos 14.1.2, 14.2.2, 15.2, 16.2 e 17.2, pelas seguintes razões: em todo o processo de recrutamento de pessoal, matéria da estrita competência do Presidente da Câmara, nunca os Vereadores signatários foram ouvidos ou mesmo informados dos processos em curso, não obstante as várias solicitações nesse sentido.

Quando o Presidente levantou a questão numa reunião de Câmara, contrapondo a um Comunicado e notícias da Imprensa que imputavam alegadas irregularidades no processo de recrutamento de pessoal, tomamos conhecimento do processo administrativo e da existência de uma queixa ao Senhor Provedor.

Dissemos, na altura, que eticamente não concordávamos com todo o processo mas que esperaríamos que quem de direito se pronunciasse sobre as hipotéticas irregularidades que se viessem a detectar. Quando recebemos a informação que, naturalmente, acompanhava a Ordem de Trabalhos, fomos confrontados com dois documentos, um do Senhor Provedor de Justiça, outro de um Jurista. Lidos os documentos, constatámos ter o Senhor Provedor de Justiça assinalado um conjunto de irregularidades, tal como refere o Parecer do Dr. Paulo Veiga e Moura, entendemos que os serviços devem adoptar os procedimentos necessários para que tal não volte a acontecer e, se necessário, se averigúe os demais procedimentos concursais abertos nos últimos anos e, deste modo, garantir que o Princípio da Igualdade e da Imparcialidade foram e passam a ser garantidos em todos os concursos. Contudo, quanto ao assunto em apreço, o nosso sentido de voto deve espelhar a não concordância com toda esta situação reiteradamente por motivos éticos e manifestamente por não termos participado em qualquer acto legal administrativo ou outro referente a este processo.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos proferiu a seguinte Declaração de Voto: “o sentido de voto da Vereadora da CDU deve-se ao facto de, após leitura atenta e análise do documento que nos é enviado pela Provedoria da Justiça, este não apontar ilegalidades que influenciassem a ordenação dos candidatos, mas sim

***11.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 11 de Junho de 2007***

apontar um conjunto de procedimentos menos correctos e que a Câmara deve alterá-los, o que aliás já está a fazer.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno proferiu a seguinte Declaração de Voto: “votei a favor das cinco homologações, reconhecendo que houve uma formulação incorrecta do Despacho de Homologação, considerado um acto administrativo secundário e, portanto, não houve aqui qualquer outra questão pertinente com qualquer destes concursos, apenas actos administrativos incorrectos que, naturalmente, e é para isso que aponta o Despacho do Senhor Presidente, devem ser sanados e não devem ser repetidos no futuro.”

**Ponto 18. COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO  
. QCA III - P.O. Centro  
- Encerramento de Candidaturas**

O Senhor Presidente referiu que: “depois de já terem sido aprovadas e homologadas, duas das três Candidaturas que tínhamos apresentado aos Mercados Públicos, damos agora conhecimento de que se prepara o encerramento final do QCAIII... sendo que a única de Soure que ainda não estava avaliada era a de Redes de Esgotos Domésticos de Casal dos Bacelos/Porto Godinho, tudo apontando que irá à última unidade de gestão, o que significa que, a acontecer, todas as candidaturas apresentadas, quer ao Quadro Normal, quer aos Mercados Públicos, terão sido aprovadas.”

*Foi tomado conhecimento.* -----